

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE HUMANIDADES – CH  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA - UAHis  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO “ÍNDIO” NO LIVRO DIDÁTICO  
DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E AVANÇOS  
A PARTIR DA LEI 11.645/2008**

**JOSEFA PAULA DE ARAÚJO**

**ORIENTADOR:**

**Prof. Dr. Celso Gestermeier do Nascimento**

**Campina Grande, Paraíba**

**Dezembro de 2018**

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO “ÍNDIO” NO LIVRO  
DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E  
AVANÇOS A PARTIR DA LEI 11.645/2008**

**JOSEFA PAULA DE ARAÚJO**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Curso de Especialização em Educação para as Relações Étnico- Raciais da Rede Nacional de Formação Continuada da Universidade Federal de Campina Grande, SECADI/MEC, como requisito para a obtenção do Título de especialista.

**ORIENTADOR (A)**

**Prof. Dr. Celso Gestermeier do Nascimento**

**Campina Grande, Paraíba**

**Dezembro de 2018**

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO “ÍNDIO” NO LIVRO  
DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E  
AVANÇOS A PARTIR DA LEI 11.645/2008**

**JOSEFA PAULA DE ARAÚJO**

**Artigo apresentado como requisito para a obtenção do título de especialista do Programa de Pós-Graduação do Curso de Especialização em Educação para as Relações Étnico- Raciais da Rede Nacional de Formação Continuada da UFCG/ SECADI/MEC, em comissão formada pelos professores (as):**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Dr. Celso Gestermeier do Nascimento- UFCG**

**ORIENTADOR**

---

**Dr.<sup>a</sup>. Silede Leila Oliveira Cavalcanti- PPGH/UFCG**

**EXAMINADOR (A) INTERNO (A)**

---

**Dr. José Pereira de Sousa Júnior- UEPB/UFRN**

**EXAMINADOR (A) EXTERNO (A)**

**Data de defesa e aprovação:**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

# A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO “ÍNDIO” NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E AVANÇOS A PARTIR DA LEI 11.645/2008

Josefa Paula de Araújo<sup>1</sup>

## RESUMO

Os livros didáticos são recursos metodológicos indispensáveis no processo ensino-aprendizagem. O contato cotidiano do aluno com essa fonte de estudo e pesquisa é um dos fatores que nos estimulam a refletir sobre as formas que determinados conteúdos foram e/ou são aplicados em sala de aula. Esse estudo analisa o livro didático de História do ensino médio, evidenciando como os textos abordam a construção e representação do "índio" e como esse conceito vem sendo questionado e modificado no livro didático a partir da implantação da lei 11.645/2008, que tornou obrigatório a discussão nas escolas sobre a história e cultura das populações indígenas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade. Indígena. Livro didático.

## ABSTRACT

Textbooks are indispensable methodological resources in the teaching-learning process. The daily contact of the student with this source of study and research is one of the factors that stimulate us to reflect on the forms that certain contents were and/or are applied in the classroom. This study analyzes the History's textbook of High School, highlighting how the texts deal with the construction and representation of the "Indian" and how this concept has been questioned and modified in the textbook since the implementation of the brazilian law 11.645/2008, that made it mandatory for schools the discussion about the history and culture of indigenous peoples.

**KEYWORDS:** Identity. Indigenous. Textbook.

## INTRODUÇÃO

Enquanto instrumento metodológico de suma importância, os livros didáticos utilizados na educação básica estabelecem uma relação direta entre o aluno e a conhecimento teórico. Sendo assim, os conteúdos neles contidos são responsáveis pela construção epistemológica do aluno sobre várias temáticas. Sobre os povos indígenas do Brasil, no livro didático do ensino médio percebemos que ainda há a permanência de estereótipos, que foram construídos e

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: jpaulaa581@gmail.com

mantidos a partir da visão eurocêntrica e etnocêntrica dos portugueses e de outros colonizadores, como os franceses, que tiveram contato direto com os nativos e passaram a estabelecer uma relação amistosa com alguns deles e provocaram a rivalidade em outros. Quando percebemos a permanência dessas narrativas sobre os povos indígenas do período da colonização, resumindo o conteúdo e associando-os apenas à mão de obra, catequização, acordos ou guerras com os colonizadores, entre outros, nos preocupamos em analisar o que precisa ser feito para que haja a superação desses discursos ultrapassados.

O aluno em seu contato com esses conteúdos dos livros didáticos ao longo da educação básica permanece com a visão resumida e equivocada sobre os povos originários do Brasil. Isso pode gerar, inclusive, dificuldade em compreender os indígenas na atualidade, levando a ideia de que os mesmos possam está em extinção, quando comparados àqueles do passado, com características específicas, que “andavam nus”, “comiam gente “e eram vistos como bárbaros, selvagens, sem cultura, sem religião. Discurso este, construído ao longo da história pela historiografia e que foi levado para as páginas dos livros didáticos, fato que contribuiu para naturalizar uma visão reducionista, simplista e equivocada sobre os povos indígenas.

Dessa forma, torna-se “estranho “ para o aluno compreender o lugar do indígena na atualidade, sem ônus de sua identidade cultural e com direitos garantidos. Essa forma resumida do indígena no livro didático resultou em estereótipos que precisam ser superados. No entanto, alguns avanços são visíveis ao longo dos últimos anos para contribuir com essa desmistificação do indígena da nossa História. Nos últimos dez anos essa luta pelo reconhecimento e valorização dos indígenas na nossa história vem sendo reforçada pela lei 11.645/2008, que a partir da presente data tornou obrigatório o ensino da temática.

Para tanto, precisamos refletir sobre os desafios e avanços na educação básica, especificamente no ensino médio, quanto a inserção dos povos indígenas do Brasil no livro didático, considerando a visão que vem sendo construída sobre sua história e cultura, a partir da lei supracitada. Primeiramente é preciso ressaltar que a lei mencionada altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e amplia a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira ".

Segundo SILVA (2013, p.125) é como resultado de discussões, reivindicações e mobilizações dos povos indígenas, de indigenistas e de movimentos sociais engajados na defesa da causa, que a lei 11.645/2008 é elaborada e promulgada.

E a partir de 10 de março de 2008, o artigo 26-A da lei 9.394/2006 passa a vigorar com o seguinte texto:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)<sup>2</sup>

Ao analisarmos a lei 11.645/2008, ficam evidentes o reconhecimento e a valorização das diversidades etnicorraciais. A lei busca formar as novas gerações num contexto em que haja respeito às diferenças, sendo destinada não apenas a um grupo específicos, mas a toda a sociedade.

A referida lei é considerada pelos movimentos negros e indígenas como instrumento indispensável na luta contra a desigualdades etnicorraciais, uma vez que a instituição escolar possui a aptidão legal para contribuir com a desconstrução de preconceitos e estereótipos negativos associados a esses grupos. (SILVA, 2013.p. 126).

Importante destacar que, apesar dessa lei oficializar a questão indígena apenas em 2008, alterando a lei 10.639/03, já havia o reconhecimento e valorização dos indígenas na historiografia brasileira como sujeitos históricos por historiadores e antropólogo, a exemplo, John Manuel Monteiro nos anos 90, quando buscava dar a devida importância aos indígenas, clamando para um reconhecimento e mudança de paradigmas. Hill (1996)<sup>3</sup> também afirma que as histórias indígenas se entrelaçaram com as histórias dos europeus desde que eles chegaram à América. No entanto, mesmo diante de uma produção científica ao longo das últimas décadas, a dificuldade está em naturalizar essa discussão na educação básica e para isso é preciso inseri-la no currículo escolar.

---

<sup>2</sup> LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>> Acesso em 28 de novembro de 2018.

<sup>3</sup>ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/2017nahead/1806-9347-rbh-2017v37n75-02.pdf>> Acesso em: 02 Dezembro de 2018.

Inicialmente o grande desafio e ao mesmo tempo algo inadiável é repensar a forma que os povos originários do Brasil estão sendo publicados nos livros didáticos. Mas, antes mesmo desses conteúdos modificados chegarem ao aluno é necessário enfrentar outros obstáculos, por exemplo, o oferecimento de condições necessárias aos professores para ensinar essa temática, que também se torna um desafio do docente e dos demais profissionais da educação, a exemplo, quando se encontram com dificuldade em responder alguns questionamentos básicos, “como caracterizar com clareza e correção as sociedades indígenas em seus aspectos comuns, ressaltando, entretanto a singularidade de cada uma delas, sem reforçar estereótipos e preconceito.” (SILVA, 2015, p. 23)

Diante da necessidade de alterações dos conteúdos, o presente artigo analisa as mudanças nas narrativas sobre a história e cultura dos povos indígenas, considerando como esses sujeitos históricos são percebidos a partir da implantação da lei 11.645/2008. Para isso se faz necessário comparar os conteúdos que tratam sobre essas temáticas em dois livros didáticos do ensino médio, intitulados “ *História: das cavernas ao terceiro milênio: da conquista da América ao Terceiro Milênio*”, da editora Moderna<sup>4</sup>. Visando compreender como os aspectos históricos e culturais dos povos indígenas brasileiros estão sendo abordados na educação básica e quais os desafios e avanços na educação básica em relação a temática indígena, a partir a obrigatoriedade curricular, tendo como referência a Lei, para isso são analisados um livro publicado em 2005 e outro de 2013.

Abaixo, na sequência, o primeiro livro analisado é do PNLD<sup>5</sup> 2005-2008, autoria de Patrícia Ramos Braick<sup>6</sup> e Myriam Becho Mota<sup>7</sup>. O segundo livro é de PNLD 2013-2016, de mesma autoria, afim de pensar uma análise comparativa a partir da implantação lei 11.645/2008.

---

<sup>4</sup> Editora que tem o pioneirismo do professor e fundador Ricardo Feltre, que sempre enxergou o conhecimento como fórmula perfeita para preparar as novas gerações para o futuro. A Editora Moderna tem como filosofia a atuação com foco no aluno, os conteúdos procuram trazer informações próximas à realidade dos estudantes, a organização é clara, condição fundamental aos processos de aprendizagem e compreensão e, também, com projeto gráfico inovador.

<sup>5</sup>Plano Nacional do Livro Didático.

<sup>6</sup> Estudou na instituição de ensino Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH Estudou Jornal Binômio na instituição de ensino Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup> Possui mestrado em Relações Internacionais - Ohio University (2001). Atualmente doutoranda em História. Tem experiência na área de História, com ênfase em Culturas Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia, ciência política, história contemporânea e história da América.

Figura 1: MOTA E BRAICK, 2005



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 2: MOTA E BRAICK, 2013



Fonte: Arquivo pessoal



Considerando que, o processo ensino-aprendizagem na educação básica, inclusive nas séries da etapa final, está pautado principalmente, no conteúdo do livro didático há essa grande urgência de conteúdos atualizados, seguindo as exigências legais, quanto a História e Cultura Indígena do Brasil. Almejando o fim dos estereótipos sobre os povos indígenas, devemos reconhecer a sua diversidade étnica no passado e no presente, levando outra visão para pensar a trajetória indígena na nossa história, considerando as suas lutas e conquistas, para que possam ser reconhecidos enquanto sujeitos históricos de direitos originários e também responsáveis pela formação da sociedade multicultural brasileira.

Segue neste artigo a necessidade de discutir a temática e observar as contribuições da lei 11. 645/2008 para educação básica. Mas, como destaca Saviani (2005), para instalar uma nova teoria é preciso que se desestabilize o que já está instituído; não basta reconhecer o novo como uma verdade, para que esse fato altere a forma de pensar. Sendo assim, a partir da obrigatoriedade estabelecida pela lei citada é preciso refletir as alterações no conteúdo do livro didático, se de fato ela está sendo implantada nas escolas, só assim podemos assegurar a continuidade da história indígena na educação básica.

Para fazer a comparação de conteúdos e poder identificar os avanços da temática no livro didático, precisamos compreender que a relação estabelecida entre o colonizador e os nativos no livro didático foi construída baseada na ideia de dominantes e dominados. Para pensarmos essa lógica entre dominantes e dominados, faremos uso dos conceitos-chaves de tática e estratégia contidos na base de pensamento do intelectual Michel de Certeau (1998).

Dessa forma, entendemos que na relação étnica entre brancos e indígenas havia a possibilidade de estratégias e táticas. Pois, como explica Certeau (1998), a estratégia seria domínio exercido pelo dominador, através das quais buscava impor suas crenças, símbolos religiosos, cultura e fazendo uso de um discurso de alteridade com uma linguagem de superioridade e dominação, buscando convencer pelo diálogo e na maioria das vezes com o uso da violência, marcas registradas da colonização portuguesa. Já as táticas são as formas encontradas pelos “inferiores” para conseguirem sobreviver. É nessa perceptiva que o nativo do início da colonização passa a ser visto no livro didático, como aquele que estava para ser dominado, porém fez a utilização de táticas para evitar a completa dominação do europeu, essas táticas se deram através das resistências e/ou alianças.

No livro didático, como já mencionado anteriormente, os indígenas do século XVI ainda são vistos como àqueles que foram colonizados e dominados, submetidos ao domínio europeu.

Pouco se fala das suas formas de resistências e tampouco das consequências da imposição cultural europeia sofrida. Além disso, não percebemos o reconhecimento da essência do indígena, de sua identidade e diversidade. Eles ainda aparecem como idênticos ao serem chamados de “índios”, colocados assim em um modelo de cultura único, com valores, regras, etc. Para a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha:

A identidade consistiria em, pelo menos como um horizonte almejado, ser idêntica a um modelo, e supõe assim uma essência, enquanto a cultura seria um conjunto de itens, regras, valores, posições etc. previamente dados. Como alternativa a esta perspectiva, pode-se entender a identidade como sendo simplesmente a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo, em suma, uma memória. A cultura não seria, nessa visão, um conjunto de traços dados e sim a possibilidade de gerá-los em sistemas perpetuamente cambiantes. (CUNHA, 2009, p. 259)

Pensar a identidade indígena, é refletir sobre um grande mosaico étnico, religioso, linguístico e cultural, visto que, é impossível reconstruirmos as tradições indenitárias dos grupos indígenas no Brasil, as características são amplas e plurais, cada etnia tem sua organização, suas crenças, costumes e práticas cotidianas dispares, e estas questões nem sempre aparece nos livros didáticos ou muitas vezes, aparece num box explicativo, no item curiosidades. Essas lacunas, termina por cristalizar as tradições culturais dos povos indígenas, um engessamento que nós educadores precisamos debater com nossos alunos, mostrando que mesmo o livro sendo uma ferramenta indispensável para o conhecimento, ele tem suas falhas e equívocos.

Ressaltamos ainda, que ao falarmos de identidade indígena, não estamos afirmando que existia uma identidade genérica construída a partir do olhar e do discurso do colonizador, estamos falando de uma identidade étnica, social, cultural, religiosa, que visibiliza e se identifica, que resiste, como por exemplo os potiguaras localizados na cidade paraibana de Baía da Traição, ou mesmo outros grupos espalhados pelo Centro-oeste e Norte do Brasil como os Baniwa, Guarani, Terena, Yanomami, etc.

Faz-se necessário, desconstruir a ideia de que “índio” é tudo igual, como existe talvez, no imaginário popular, muito em função do desconhecimento existente sobre as várias etnias indígenas, fato este que contribui para simplificar e diminuir a diversidade cultural dos povos indígenas, seja do Brasil ou de qualquer outro país da América do Sul e que tenha sido colonizado por portugueses ou espanhóis. É importante destacar que a intensidade e a dinâmica cultural indenitária variam de etnia para etnia, de região para região, conforme o processo

histórico vivido a partir do contato com o colonizador. Dessa forma, é importante ressaltar que os povos indígenas são grupos étnicos e culturais diversos, assim como são os europeus.

Para Gersem dos Santos Luciano (2006), o processo de reafirmação da identidade indígena e o sentimento de orgulho de ser índio estão ajudando a recuperar gradativamente a autoestima indígena perdida ao longo dos anos de repressão colonizadora. Os dois sentimentos caros aos povos indígenas estão possibilitando a retomada de atitudes e de comportamentos mais positivos entre eles, diante de um horizonte sociocultural mais promissor esperançoso. As atuais gerações indígenas nascem, crescem e vivem com um novo olhar para o futuro, potencialmente possível e alentador, diferente das gerações passadas que nasciam e viviam conscientes da tragédia do desaparecimento de seus povos. E acrescenta...;

A reafirmação da identidade não é apenas um detalhe na vida dos povos indígenas, mas sim um momento profundo em suas histórias milenares e um monumento de conquista e vitória que se introduz e marca a reviravolta na história traçada pelos colonizadores europeus, isto é, uma revolução de fato na própria história do Brasil. (LUCIANO, 2006, p.41)

Ressaltamos ainda, que o desenvolvimento dessa pesquisa, o percurso metodológico utilizado teve como base selecionar e analisar dois livros didáticos de história, cujo conteúdo trazem informações sobre as populações indígenas. Para comparar os dois livros a lei 11.645/2008 é utilizada como parâmetro. Sendo assim, nos é permitido analisar de formar crítica como estes conteúdos são trabalhados nos livros do ensino médio, assim podemos efetuar as observações, levantar os dados e elaborar explicações com base nas análises destes livros, atentando para os olhares simplistas e estereotipados sobre os indígenas.

### **A questão indígena no livro didático de História do ensino médio**

O primeiro livro analisado de PNLD 2005-2008, da 2ª série do ensino médio foi propositalmente escolhido por ter sido publicado e adotado nas escolas antes da implantação da lei 11.645/08, que tornou obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Apenas no primeiro capítulo do livro “ *As culturas indígenas americanas*” que, inicialmente é observado a presença da temática indígena, na primeira página, parte reservada para a apresentação do capítulo, as autoras trazem gravuras, abaixo exibidas, que foram feitas baseadas em crônicas de viajantes europeus que estiveram na América. E a partir dessa

colocação inicial já percebemos que construção dos povos indígenas da América no livro didático analisado preserva a estrutura convencional, que traz um olhar de fora para dentro, ou seja do europeu colonizador.

Figura 3: Colombo chega a América e é recebido pelos índios.



Fonte: MOTA E BRAICK, 2005, p. 8

Figura 4: Índios trabalhando em uma mina de Prata na cidade de Potosí.



Fonte: MOTA E BRAICK, 2005, p. 8

Figura 5: Colonizadores espanhóis torturam índios para que estes revelem onde se encontram as minas de ouro.



FONTE: MOTA E BRAICK, 2005, p. 9

Essas gravuras, que para os alunos são atrativas, permitem uma visão antecipada do conteúdo, construindo assim um caminho para o conhecimento, que possibilita, na maioria das vezes, a permanência de estereótipos, de preconceitos sobre uma temática, antes mesmo de iniciar a leitura dos textos. As gravuras presentes trazem o encontro do europeu (espanhóis) com os nativos da América, povos que são apresentados de forma generalizada, erroneamente designados por “índios”.

As imagens mostram a relação “amistosa” entre os nativos e Colombo e em seguida os mesmos trabalhando nas minas e sendo torturados. Essa é a ideia introdutória que o livro nos permite observar, conseqüentemente é a visão que os alunos construíram sobre os povos originários da América ao iniciarem o estudo do capítulo.

Logo na página seguinte vem a imagem de uma sala de aula com alunos e professor indígena do Mato Grosso em 2001.

*Figura 6: Professor e alunos em escola xavante*



Fonte: MOTA E BRAICK, 2005, p. 10

Na imagem, tanto as crianças, quanto o professor estão com roupas comuns utilizadas pelos não indígenas. Ao lado da imagem as autoras disponibilizam um texto complementar “*índio e sua relação com a escola*”<sup>8</sup>, mostrando que há um aumento no número de estudantes nas escolas indígenas no Brasil, que comparado com a população geral do país, vem crescendo de forma acentuada.

Esse texto logo no início do capítulo demonstra reconhecimento do descaso com a educação indígena, acarretando um abandono que resistiu 505 anos, e que só passa a ser revisto através de algumas ações do governo, uma delas é o aumento do número de escolas entre 2002 e 2004, saltando de 1.724 para 2.232, porém há necessidade da ampliação da infraestrutura, professores e itens básicos, também reconhecido e criticado no próprio texto a injustiça na distribuição dos recursos.

Após o texto complementar acima citado, Patrícia Ramos Braik e Myriam Becho Mota promovem uma reflexão histórica sobre as escolas indígenas que surgiram no Brasil no século XVI, logo após a chegada dos portugueses, e que era uma educação pautada no princípio de catequização, orientada pelos missionários jesuítas. É observado também, que nas últimas duas décadas essa situação vem sendo mudada gradativamente.

A política educacional sofreu alterações a partir de CF/1988, em seu parágrafo 2º do artigo 210, que “assegura às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas

<sup>8</sup> CASTILHO, Alceu Luís e AMARAL, Flávio. Revista Educação, edição 96. São Paulo: Segmento, 2006. Disponível em <<http://revistaeducacao.uol.com.br>>. Acesso em jul. 2006.

maternas e os processos próprios de aprendizagem “. Além disso é citado a criação em 2000 da categoria oficial de “escola indígena”. Com isso, aos poucos, a escola passaria a ser vista como um espaço para o resgate de identidade étnica desses povos.

Percebemos a preocupação e reconhecimento das autoras em relação aos direitos dos povos indígenas do Brasil, considerando-os importantes para as mudanças nas narrativas relacionadas aos povos indígenas, inclusive nos livros didático. Porém é interessante observar nos textos abordados na sequência do capítulo se já estão trabalhando nessa perspectiva de avanço e valorização da diversidade étnica dos indígenas do Brasil como a Constituição Federal exige.

Inicialmente o livro traz informações gerais sobre o número de indígenas do século XVI, início da colonização portuguesa, e alguns dados demográficos atuais, citando também que havia uma diversidade de línguas e dialetos, mas não cita exemplos. Apenas reconhece que houve uma perda ao longo dos anos, e que nos dias atuais o número é muito menor. Ou seja, as informações foram trazidas, mas não problematizadas. Esse é um dos grandes equívocos observado, apenas são lançados dados demográficos, quantidade de línguas, etnias, mas não cita quais e conseqüentemente insiste em generalizar os nativos da América numa mesma categoria, “ os índios”.

Outra observação relevante é quando as autoras optam por agrupar as comunidades indígenas de acordo com as características comuns entre elas, alegando que é “para facilitar” o estudo sobre a temática. Embora façam questão em dizer que isso não significa que estejam desprezando as particularidades de cada um desses povos, reconhecendo que há uma grande diversidade entre os indígenas, não é oferecido espaço para o desenvolvimento de aspectos específicos, como cultura, religião, organização, etnias, línguas etc. Quando optam em dividir as diferentes nações indígenas que habitavam a América no período colonial em apenas dois grupos reforça o descaso em relação a essa diversidade étnica, que existe existia no início da colonização e que continua existindo.

São nos dois grupos designados: os dos agricultores, caçadores e coletores e o das grandes civilizações agrícolas, que vêm resumidos “todas” as informações oferecidas pelo livro didático ao aluno acerca de milhares de comunidades indígenas do continente americano, “desmerecendo” as comunidades que não representaram uma grande importância quanto, a exemplo, suas formas de organização, ou sobre suas construções erguidas.

Para Luisa Tombini Wittmann (2015) a imaginação de que os indígenas ainda mantêm comportamentos ou elementos de uma cultura do passado, desconsidera a trajetória desses

povos, deixando “invisível” as suas formas de resistências, fugas, captações, negociações, bem como, as inúmeras tentativas de extermínio ao longo da sua história.

É isso que conseguimos observar no livro didático, apenas aqueles grupos indígenas que deixaram um legado material grandioso são melhor estudados e conseqüentemente são eles que aparecem com mais evidência no livro, desconsiderando mais uma vez a trajetória dos indígenas, as suas lutas e conquistas para conseguir manter sua herança cultural que ultrapassa gerações. Por tanto, isso contribui para que a invisibilidade do nativo no livro didático continue existindo.

Com essa divisão dos nativos da América citada pelas autoras em apenas dois grupos é levado ao aluno a ideia de que só existia na América do Norte e do Sul, exceto os incas, aqueles indígenas “primitivos”, ainda associados ao período Neolítico. De um outro lado, os povos da mesoamérica como os povos que conseguiram representar para o colonizador a ideia de organização política e social e resistência, e por isso são colocados nos livros com mais detalhes.

Com isso, deixa a entender que os povos nativos do Brasil tiveram uma “aceitação” melhor da colonização, visto que, muitos grupos aceitaram de forma amistosa através de troca de mercadorias, de alianças, o trabalho. Outra observação pertinente sobre esses grupos citados no livro é que ao colocar apenas os Sioux, da América do Norte, e os Tupis-guaranis, da América do Sul, oferece ao aluno uma continuidade de visão resumida e generalizante quanto aos indígenas, desconhecendo as particularidades das diversas etnias.

Especificamente sobre os povos nativos do Brasil, inicialmente encontramos eles inseridos nos grupos que mencionamos anteriormente, e nesse sentido eles são colocados como praticantes de atividades “básicas”, que produziam objetos e armas, possuíam a arte do fogo, mas não deixaram monumentos, em comparação aos encontrados na América colonizada pelos espanhóis. Ao colocar que os indígenas do Brasil não deixaram um legado material significativo mais uma vez permite a ideia de cultura inferior.

Outro equívoco presente no texto é a referência às comunidades indígenas como “tribos”, levando a entender que todos os grupos indígenas estavam reunidos por um padrão, características em comum. É preciso compreender que as comunidades indígenas são muito distantes da nossa realidade por alguns motivos, primeiro por que a cultura dos povos indígenas é fechada, cada comunidade possui a sua e não existe meio de comunicação que as publique.

Além disso, as tribos indígenas são pouco numerosas e distantes do meio urbano, e por essas práticas culturais não serem públicas, continuam agrupando-as afim de facilitar o estudo.



Portanto, a ideia de comunidades que compartilhavam das mesmas práticas culturais, ou que seguem as mesmas regras, continua limitando mais uma vez o olhar sobre os indígenas.

Sendo assim, as autoras entram em contradição com objetivo do início do capítulo, quando dizia que a diversidade dos indígenas deveria ser considerada. Em outro momento, é colocado que não existia um poder político que determinasse o que as pessoas deviam fazer, dando a entender que nas comunidades indígenas não existiam as regras, ou uma divisão de tarefas.

E mais uma vez o livro traz um texto complementar “*dos espíritos canibais*”<sup>9</sup>, acompanhado de uma imagem com várias pessoas da Aldeia Demini de Roraima. No texto vem o depoimento de uma liderança indígena sobre a invasão de suas terras pelos garimpeiros. Através desses textos complementares, percebemos que é o espaço dado no livro didático para dar uma pouca de ampliação ao conteúdo e permitir uma leitura mais específica sobre uma determinada comunidade.

Isso demonstra uma preocupação em não continuar desprezando a diversidade étnica desses povos, mas, para não “fugir” da organização mantida dos conteúdos nos capítulos são poucas as alterações ao longo de suas edições. Portanto, para acrescentar mais informações foram colocados esses textos isolados, mas que infelizmente não são tão visíveis durante as aulas, muitas vezes são desconsiderados por estarem à margem do conteúdo comum.

Depois de todas essas informações gerais sobre os povos indígenas, o livro traz um tópico para comentar especificamente sobre os tupis-guaranis da América do Sul. Sobre estes povos as informações são resumidas, reduzindo-as à ideia de os indígenas estarem agrupado, em sua maioria, ao grupo linguístico Tupi-guarani, às famílias linguísticas Jê e Aruaque. Além disso, registram como era a vida nas “aldeias”<sup>10</sup>, mostrando a organização nelas e sua estrutura física, assim como os artefatos produzidos e utilizados, além disso, considerando esses povos exímios caçadores e coletores e que desenvolveram a agricultura.

Sobre a organização política mostra que não há uma autoridade formal e os pajés são mediadores entre os humanos e os espíritos, além disso, a crença na reencarnação e na existência do mal. Nesse momento não é feita nenhuma referência às transformações que a colonização europeia provocou na organização dessas comunidades e tão pouco a imposição da cultura que resultou, também, num hibridismo religioso.

---

<sup>9</sup> Instituto Sócio Ambiental. Povos indígenas do Brasil. Disponível em <[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)>. Acesso em dezembro de 2018.

<sup>10</sup> Termo utilizado com frequência ao fazerem referências as comunidades.

Observamos que há uma preocupação em falar sobre os rituais indígenas, principalmente sobre o ritual antropofágico praticado entre os Tamoios e outros grupos tupis-guaranis, como os tupinambás. Um esclarecimento em relação a esse tipo de ritual está presente no texto quando há uma preocupação em dizer que ele não se tratava de uma evidência de primitivismo; para as comunidades indígenas é uma prática que tem significado místico arraigado na cultura deles.

Após esse apontamento no capítulo sobre o ritual indígena, mais informações aparecem no texto complementar “*O significado ritual da antropofagia*”<sup>11</sup>, nele foram descritos os costumes de algumas comunidades indígenas brasileiras, como os tapuias, tarairius e os tupis. Nesse texto estão presentes os diversos significados de ritual antropofágico de acordo com a étnica que o pratica, procurando dessa forma desnaturalizar a visão de “horror” que o europeu deixou construído a respeito dessa prática ritualística.

Sobre a mulher na sociedade indígena são raras as informações, são citadas apenas na relação com as atividades domésticas e sobre as pinturas feitas nos prisioneiros de guerra.

Para finalizar o capítulo Braick e Mota oferecem atividades sobre a temática estudada, com questões argumentativas sobre a Constituição Federal de 1988 e os artigos que reconhece os povos indígenas enquanto sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, em como os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

O capítulo do livro é finalizado e não foi oferecido nenhuma informação sobre a situação dos indígenas da atualidade (2005-2008), exceto nos textos complementares que ofereciam informações de alguns aspectos relativos a vivência atual nas comunidades do Brasil.

Na sequência, ao analisar o segundo livro didático, que foi utilizado no ensino médio nos anos 2015-2017, ou seja, anos após a implantação da lei, observamos que, ainda não é reservado um espaço maior no mesmo para o desenvolvimento do tema, ainda é colocado em partes de capítulos que fala dos habitantes da América com a chegada do europeu a partir do século XVI. Inicialmente percebemos sobre os indígenas quando é falado sobre a presença dos franceses na América colonizada pelos portugueses em 1555. Traz a ideia de uma relação amistosa entre esses e os nativos e que praticavam a troca de objetos e interesses.

Continuando e ideia utilizada no livro anteriormente analisado em colocar textos complementares para tratar de forma mais específica algumas temáticas, neste livro o primeiro

---

<sup>11</sup>RAMINELLI, Ronald. Canibalismo em nome do amor. Revista Nossa História. São Paulo: Vera Cruz; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 17, mar, de 2005.

texto “ *o convívio entre indígenas e franceses na Américas*”<sup>12</sup> oferece informações mais detalhadas sobre a relação do francês com o nativo, trazendo a ideia de relações amistosas e respeitáveis com os indígenas aliados. Mostra também a ideia de que o europeu também sofreu a influência do nativo.

Segundo relatos dos portugueses os franceses, ao conviverem com aliados indígenas acabavam tornando-se tão selvagens quanto estes. Continuam associando “selvageria” ao ato de andarem nus, pintados, fazer guerras, comer inimigos. Trazem os franceses como os europeus de melhor relacionamento e adaptação aos costumes dos indígenas tupinambá. Para ilustrar o texto e complementar as informações, vem a gravura de um Tupinambá da Ilha do Maranhão que recebeu um nome francês Anthoine Manen. Este com poucas partes do corpo vestido, além de um arco e flecha na mão.

*Figura 7: Índio Tupinambá da ilha do Maranhão*



Fonte: MOTA E BRAICK, 2013, p. 28

---

<sup>12</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. O mito de bom francês: imagens positivas das relações entre colonizadores franceses e povos ameríndios no Brasil e no Canadá. Instituto de Estudos avançados da USP. Disponível em <[www.iea.usp.br](http://www.iea.usp.br)> Acesso em 30 de jan. 2013.

Em seguida, no capítulo “*Organização político-administrativa na América portuguesa*” é iniciado com uma charge do cartunista brasileiro Laerte, que satiriza a chegada do português.



Fonte: MOTA E BRAICK, 2013, p. 32

Na charge observamos de um lado nativos em meio a floresta avistando navios se aproximando. Próximo aos indígenas vem a seguinte frase: “ Bom, adeus ao sonho da casa própria”. Nessa charge observamos que é dado um espaço de fala para o indígena, que utiliza a mesma para demonstrar sua exclusão na organização política da América Portuguesa. Em seguida, diferentemente do primeiro livro analisado, as autoras problematizam, trazem indagações que podem contribuir para a construção de uma visão mais crítica do aluno.

A primeira relação direta dos portugueses com os nativos da América aparece no livro associando-os ao “escambo”<sup>13</sup>, forma utilizada pelo português para assegurar o trabalho indígena na extração do pau-brasil. Para reforçar essa relação entre eles observamos no livro o seguinte mapa abaixo, que detalha os indígenas extraíndo a madeira e transportando-a em troca de produtos como enxadas, roupas, espelho, entre outros objetos.

*Figura 8: Detalhe do Mapa Brasilis, publicado em Portugal em 1519*

<sup>13</sup> Troca de mercadorias sem a utilização de dinheiro.



Fonte: MOTA E BRAICK, 2013, p. 10

Em segundo momento o nativo é considerado um dos fatores para o fracasso do sistema de Capitânicas e Hereditárias, devido a sua hostilidade com os portugueses. Mas não foi citado quais as etnias consideradas rivais, possibilitando a ideia errônea de que todos os nativos eram rivais desses europeus. Quando falado sobre o Governo-Geral no Brasil o indígena aparece sendo agrupado junto aos povoados e vilas.

Para finalizar as discussões sobre o indígenas do Brasil no livro analisado, temos mais texto complementar presente “ *O indígena na estrutura colonial*”<sup>14</sup>, permite uma discussão atual que contribuem para a desnaturalização do indígena não resistente a dominação europeia, através do texto é colocado que depois de um certo tempo de escambo entre nativos e portugueses, os nativos passaram a ser descartados a partir das alterações no estilo de vida e as instituições sociais europeias, que passaram a substituir o escambo pela agricultura, sendo assim o indígena agora passa a ser visto como obstáculo para a ocupação do território brasileiro e a força de trabalho necessária. Iniciando assim as caça ao indígena e com ela o tráfico dos “*negros da terra*”.<sup>15</sup>

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente os conteúdos dos livros analisados ainda não contemplam a história e cultura indígena do Brasil como deveria, mesmo depois da implantação da lei, tornando assim obrigatório o ensino na educação básica, percebemos que há uma escrita resumida, em geral,

<sup>14</sup> DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. Uma breve história do Brasil. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2010. p. 24-26.

<sup>15</sup> Termo utilizado para diferenciá-lo dos negros africanos.

como complemento de capítulos sobre colonizações espanhola, portuguesa e francesa na América. No livro didático analisado de 2005, o próprio título do capítulo “ *As terras que os europeus conquistaram* ” mantem o protagonismo europeu em relação aos nativos, reforçando a ideia de conquistadores e conquistados.

Observamos que, sobre os indígenas do Brasil são reservados apenas algumas páginas no final do capítulo e alguns textos complementares, estes que na maioria das vezes são desconsiderados pelo aluno, e até mesmo pelos docentes. Embora tenha sido observado nesse livro, que há uma preocupação das autoras em reconhecer a diversidade e importância dos indígenas, não existe um desenvolvimento no decorrer do capítulo, nem mudança nas narrativas.

Quanto ao livro de 2013, percebemos que algumas alterações foram feitas, como a retirada o termo “índio”, substituído por “povos indígenas”, “nativos”, “indígenas” e as gravuras de povos indígenas na atualidade em suas comunidades, além de nomes de etnias, etc., porém, mesmo depois da implantação da lei 11.645/08 esse conteúdo relacionado aos indígenas do Brasil continua sendo complemento de capítulo sobre a colonização do europeu, preservando o lugar histórico do indígena como colonizado. Embora a abordagem do conteúdo tenha sido modificada em alguns aspectos, principalmente quanto a cultura e religião através de textos complementares, o livro continua sem oferecer conteúdo suficiente que permita ao aluno uma melhor compreensão sobre os espaços que os indígenas estão inseridos atualmente, principalmente quanto as lutas ao longo da história para o seu reconhecimento como agente na história do Brasil.

Por tanto, vem sendo observados alguns avanços no conteúdo do livro didático, mas é algo lento e gradual, visto que, a mudança no discurso dos autores só é observada com mais amplitude e clareza anos após a criação da lei, como observado no segundo livro didático analisado (MOTA E BRAICK, 2013), em que levou um pouco mais em consideração a diversidade étnica dos indígenas do Brasil, bem como o seu papel na formação da identidade brasileira, em comparação ao primeiro livro (MOTA E BRAICK, 2005).

Percebemos então, que mesmo diante da implementação da lei supracitada há uma larga distância entre a teoria e prática. Notamos com as lutas sociais ao longo dos anos, que há aumento das pesquisas sobre a temática no meio acadêmico, como a publicação de livros e artigos sobre a presente lei e sua relação com a educação básica, mas quando vamos para a

análise do livro didático, notamos que essas produções precisam ser mais acessadas pelos professores através de formações continuadas e que a própria editora Moderna necessita rever mais os conteúdos do livro afim de atender as demandas da lei na sua completude.

Nesse sentido é evidente que há uma grande necessidade e urgência da inserção das produções acadêmicas no conteúdo dos livros didáticos, para que o aluno possa ter nesse importante instrumento pedagógico uma leitura atualizada, capaz de contribuir para a desconstrução da imagem do “índio”, que vem resistindo, através dos textos e discursos ultrapassados ainda presentes nos livros e conservados por muitos professores. Sendo assim, também podemos considerar a necessidade de mais atenção na formação continuada dos docentes, para que possam superar suas dificuldades em relação a história e cultura indígena do Brasil, que não foram supridas durante sua formação acadêmica, especialmente daqueles que concluíram a graduação antes da publicação da lei 11.645/08.

## REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: \_\_\_\_\_ . História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. São Paulo: Contexto, 1996, p. 69-90.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. Volume Único. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- \_\_\_\_\_. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. Volume Único. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **O futuro da questão indígena**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ESCAVADOR. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/872823/myriam-becho-mota>> Acesso em: 12 de dezembro de 2018.
- HILL, Jonathan (org.). **History, Power and Identity** – ethnogenesis in the Americas, 1942-1992. Iowa City, University of Iowa Press, 1996.
- LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>> Acesso em: 05 de dezembro de 2018.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. P. 38- 43.
- SILVA, Edson; Silva, Maria da Penha da (Orgs.). **A temática indígena em sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.
- SILVA, Giovani José da. Ensino de História Indígena. In: WITTMANN, Luisa Tombini. **ENSINO (D) E HISTÓRIA INDÍGENA**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.p.21-46.
- WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). **Ensino (d) e História Indígena**. In: \_\_\_\_\_. A escrita da História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 9-20.